



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/25514.76115-94

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA,
sobre o Projeto de Lei nº 3.973, de 2024, do
Senador Magno Malta, que *altera a Lei nº 14.133,
de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e
Contratos Administrativos, para dispor sobre a
obrigatoriedade de inclusão de artistas locais em
eventos artísticos promovidos pela Administração
Pública em todos os níveis federativos.*

Relator: Senador **IZALCI LUCAS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei (PL) nº 3.973, de 2024, de autoria do Senador Magno Malta, que propõe alterar a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

A proposição objetiva incluir a obrigatoriedade de contratação de pelo menos um artista ou grupo local, previamente credenciado, em eventos artísticos promovidos pela administração pública em todos os níveis federativos. Para tanto, acrescenta o art. 79-A à referida Lei de Licitações, que define "artista local" como indivíduo ou grupo com domicílio profissional ou sede no município/estado do evento, ou com atuação predominantemente na região. O projeto estabelece que a contratação de artistas locais deverá ser realizada mediante sistema de rodízio, assegurada a alternância entre os credenciados, e respeitando critérios de qualidade técnica e adequação temática. Preconiza, ainda, que o credenciamento seja atualizado anualmente, com ampla divulgação e detalhadas informações sobre os artistas.



Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2945609354>



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

Na justificação, o autor sustenta que o projeto visa assegurar a participação de artistas locais em eventos culturais da administração pública, em todas as esferas de governo, com o propósito de fortalecer a cultura regional, ampliar as oportunidades de trabalho e estimular o desenvolvimento cultural das comunidades. Sob o ponto de vista econômico, a iniciativa é apresentada como um incentivo à economia criativa regional, gerando renda e fortalecendo o setor cultural. A proposta é justificada também pela garantia de maior transparência no processo de contratação, por meio de um cadastro público e atualizado, e pela democratização do acesso às oportunidades de contratação, evitando a concentração de oportunidades. Em termos jurídicos, o autor argumenta que a medida está em consonância com os princípios da eficiência e impessoalidade (art. 37 da Constituição Federal) e se apoia na inexigibilidade de licitação para serviços artísticos (art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021), promovendo seleção objetiva e transparente e incentivando a diversidade cultural.

A proposição foi autuada como Projeto de Lei nº 3.973, de 2024, e remetida à publicação em 16 de outubro de 2024. Em 24 de outubro de 2024, a matéria foi distribuída à Comissão de Educação e Cultura (CE) e, em decisão terminativa, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Foi estabelecido o prazo regimental para apresentação de emendas perante a CE, no período de 29 de outubro a 4 de novembro de 2024. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Por fim, em 27 de agosto de 2025, na CE, foi designado relator o Senador Izalci Lucas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre proposições que versem sobre “normas gerais sobre educação, cultura e ensino, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional e salário-educação” (inciso I) e “diversão e espetáculos públicos, criações artísticas, datas comemorativas e homenagens cívicas” (inciso II), além de “outros assuntos correlatos” (inciso VI). Dessa forma, a matéria em análise, que trata da inclusão de artistas locais em eventos artísticos promovidos pela administração pública, encontra-se plenamente inserida na esfera de competência desta Comissão.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/25514.76115-94

Sob a ótica da constitucionalidade e juridicidade, o PL nº 3.973, de 2024, se insere no contexto da competência privativa da União para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, nos termos do art. 22, inciso XXVII, da Constituição Federal. Ao alterar a Lei nº 14.133, de 2021, que é a norma geral de licitações, adere a essa prerrogativa constitucional.

A proposta busca regulamentar aspectos específicos da contratação de serviços artísticos, previstos como inexigíveis de licitação pelo art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021. A inclusão de critérios para valorização de artistas locais e a criação de um sistema de credenciamento e rodízio podem ser considerados mecanismos para garantir a efetividade dos princípios constitucionais da administração pública, como a impessoalidade e a eficiência (art. 37, *caput*, da CF), e, sobretudo, para cumprir o dever do Estado de apoiar e incentivar a valorização e difusão das manifestações culturais, conforme o art. 215 da Carta Magna. Dessa forma, verifica-se a constitucionalidade formal e material da proposição.

Contudo, no que diz respeito à juridicidade, devemos alertar que, recentemente, foi aprovada a Lei nº 14.903, de 27 de junho de 2024, que institui o Marco Regulatório do Fomento à Cultura. Essa norma estabelece formas de contratação de artistas e projetos culturais pela administração pública e veda, expressamente, a incidência da Lei de Licitações no fomento à cultura e em contratações sob a égide de chamamento público, conforme dispõe seu art. 2º, §4º. Dessa forma, é necessário adequar formalmente o PL em análise à lei específica vigente, o que fazemos por meio do substitutivo que apresentamos.

No substitutivo, mantivemos o conceito original do PL, de fomentar a valorização da produção artística local e regional, promovendo maior inclusão e equidade na distribuição de recursos públicos destinados à realização de eventos culturais. Ademais, mantivemos a forma do credenciamento prévio via chamamento público, instituto que garante o processo republicano e isonômico da contratação, alterando, porém, o rito da lei geral, a Lei de Licitações, para o rito da lei específica, o Marco Regulatório do Fomento à Cultura.

Adicionalmente, estabelecemos a vedação da contratação de profissionais do setor artístico de expressão local e regional por



Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2945609354>



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/25514.76115-94

inexigibilidade de licitação, devendo ser contratados após o credenciamento realizado por meio de chamamento público previsto no Marco. A inexigibilidade apenas se justifica em casos de artistas de expressão nacional, sendo um instituto deletério para os artistas regionais e locais. A ausência de um processo republicano, isonômico e transparente de contratação de artistas locais e regionais, condizente com os princípios constitucionais da administração pública, promove um verdadeiro balcão junto a secretarias municipais de cultura, problema que pode ser resolvido por meio do chamamento público já previsto no Marco. Sem essa vedação, cremos que o PL em análise, caso se transforme em lei, resultará em norma destituída de eficácia.

Também sugerimos aprimoramento com a fixação de percentuais mínimos de 30% para artistas domiciliados, há pelo menos dois anos, no estado onde ocorrerá o evento, e de 10% para artistas com domicílio de igual período no município do evento ou em sua região administrativa, buscando assegurar a efetiva participação de profissionais que compõem o tecido cultural local.

A fixação dos percentuais sobre o total de contratações realizadas **ao longo de cada exercício financeiro**, e não por evento isolado, representa escolha normativa pautada pela razoabilidade e pela efetividade administrativa. A exigência de aplicação dos percentuais a cada evento poderia inviabilizar a realização de diversas ações culturais — por exemplo, em casos de contratações pontuais, em que se preveja apenas um artista consagrado de fora da localidade, sem a participação de outros artistas.

Ao condicionar o cumprimento da cota à totalidade das contratações realizadas durante o exercício financeiro, o dispositivo proposto respeita a autonomia administrativa dos entes públicos e a diversidade de formatos e escalas dos eventos realizados, ao mesmo tempo em que garante que a política de valorização dos artistas locais será efetivamente observada **no conjunto das ações culturais promovidas pelo poder público**.

No mérito, a proposição, ao exigir a contratação de artistas locais em eventos públicos, cumpre um papel relevante no fomento à cultura e à economia criativa regional, em consonância com o que preceitua o art. 215 da Constituição Federal, que garante o pleno exercício dos direitos





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/25514.76115-94

culturais e o acesso às fontes da cultura nacional. A valorização das expressões artísticas locais é essencial para a preservação da identidade cultural das comunidades. O sistema de credenciamento e rodízio proposto é uma medida salutar para assegurar a transparência e a democratização do acesso às oportunidades de contratação para um número maior de artistas da região, evitando favoritismos e estimulando a diversidade. Por conseguinte, o projeto contribui para o desenvolvimento artístico e cultural, ao mesmo tempo em que fortalece o tecido socioeconômico das localidades.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.973, de 2024, nos termos da emenda substitutiva que apresentamos.

EMENDA Nº -CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº 3.973, DE 2024

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para vedar a contratação de profissionais do setor artístico de expressão local e regional por inexigibilidade de licitação; e a Lei nº 14.903, de 27 de junho de 2024 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura), para estabelecer a contratação de profissionais do setor artístico de expressão local e regional após credenciamento realizado por meio de chamamento público e para prever percentuais mínimos de contratação de artistas locais e regionais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:



Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2945609354>



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/25514.76115-94

Art. 1º O art. 74 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art.**
74......

.....
II – contratação de profissional do setor artístico de expressão nacional, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

.....
§ 2º-A. É vedada a contratação de profissionais do setor artístico de expressão local e regional por inexigibilidade de licitação, devendo ser contratados após credenciamento realizado por meio do chamamento público previsto na Lei nº 14.903, de 27 de junho de 2024.”

.....”
(NR)

Art. 2º A Lei nº 14.903, de 27 de junho de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 11-A.** Os profissionais do setor artístico de expressão local e regional serão contratados pela administração pública, em todos os entes federativos, após credenciamento realizado por meio de chamamento público.

§1º O chamamento público para credenciamento será de fluxo contínuo, observadas as seguintes regras:

I – a administração pública divulgará e manterá o edital à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, de modo a permitir o credenciamento permanente de novos interessados;

II – os interessados no credenciamento deverão apresentar informações detalhadas sobre histórico profissional, áreas de atuação, portfólio e demais requisitos considerados pertinentes pela administração pública;

II – as contratações serão realizadas mediante sistema de rodízio, assegurada a alternância entre os profissionais do setor





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

artístico previamente credenciados, respeitados os critérios de qualidade técnica e adequação temática ao evento.

§2º Nas contratações com fundamento no *caput*, a administração pública assegurará que, ao longo de cada exercício financeiro, no mínimo:

I – 30% (trinta por cento) dos artistas contratados sejam domiciliados, há pelo menos 2 (dois) anos, no Estado do evento;

II – 10% (dez por cento) dos artistas contratados sejam domiciliados, há pelo menos 2 (dois) anos, no Município do evento ou na mesma região administrativa de sua realização, conforme regulamento.

§3º Nas contratações realizadas pela administração pública do Distrito Federal, observar-se-á a regra disposta no inciso I do §2º do *caput*.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

